

O triplo desafio

Sucesso no manejo das crises sanitária e econômica resultantes da Covid-19 será vital para o governo chileno mitigar outra crise, a política, deflagrada antes da chegada do vírus

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

No dia 16 de março o chileno Sebastián Piñera venceu as ruas. Com a gravidade do coronavírus, conquistou o que o poder de seu cargo de presidente e a força repressora da polícia ainda não tinham alcançado em cinco meses: conter as manifestações massivas de chilenos por todo o país, que desde 18 de outubro marchavam por melhorias em sua condição de vida, especialmente de aposentadoria e serviços de saúde.

A partir desse dia, 13 depois do anúncio do primeiro caso de contaminação no Chile, foram proibidos eventos públicos de mais de 500 pessoas, ao que se seguiram medidas mais rígidas de isolamento para conter a propagação do vírus. E a trégua que o governo obteve em uma batalha logo foi substituída pela entrada em uma guerra comum aos demais países absorvidos pela pandemia, vitimando pessoas e a atividade econômica.

No final de março, economistas de algumas instituições previam para o Chile um segundo trimestre de retração econômica na casa de 3% a 6,6%, e um PIB para 2020 negativo em até 2,4% – esta última, em consonância com a projeção do BC chileno, que em 1 de abril previu uma contração

em 2020 entre 1,5% e 2,5%. Esse resultado, diz o BC, vem de três frentes principais. A primeira é a queda dos fluxos de comércio e seu efeito no preço de *commodities*. A segunda, a deterioração das condições financeiras, com o aumento da percepção de risco, que podem limitar o acesso a financiamento de governos e empresas. E o efeito nas expectativas empresariais e de consumidores, refletido no investimento e no consumo.

“A atividade do país recém estava se recompondo dos efeitos das manifestações”, lamenta Manuel Agosín, da Faculdade de Economia da Universidad de Chile, citando a queda de 2,9% na atividade no último trimestre de 2019, levando o PIB anual a fechar em 1,1%, o menor percentual em uma década, desde a crise financeira internacional. “Esperava-se uma taxa de crescimento de 2,5%, mas

perdeu-se muito com o fechamento de comércios, cancelamento de eventos, paralisação de transportes... Isso em um contexto de evolução de PIB que já vinha se desacelerando desde 2018, especialmente pela queda do preço internacional do cobre e por uma dificuldade já tradicional do país em impulsionar outras exportações não cobre, que nos últimos dez anos mantém uma média anual de crescimento na casa de 1%”, diz.

De acordo ao Instituto Nacional de Estadísticas (INE), o IBGE do Chile, tanto a produção industrial quanto o comércio registraram expansão em fevereiro: o primeiro, com aumento de 5,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior, a atividade comercial com crescimento de 3,9% em 12 me-



ses, e a mineração em alta de 9,9% na mesma variação interanual. Com o coronavírus, entretanto, espera-se que o PIB do primeiro trimestre seja zerado ou ligeiramente negativo. E o declínio nos próximos meses deverá elevar a taxa de desemprego de 7,8% em fevereiro para 10% em junho, de acordo às estimativas do mercado.

Dia 31 de março, o Congresso chileno aprovou os primeiros projetos de lei com medidas emergenciais para o campo econômico, somando US\$ 11,75 bilhões, equivalentes a 4,7% do PIB do país. Para a população de baixa renda e informal, o coronavoucher chileno distribuirá 50 mil pesos (cerca de US\$ 58), a beneficiários de programas sociais, o que deverá alcançar 2 milhões de famílias, que poderiam receber, em média, 100 mil pesos. O projeto também prevê uma capitalização de US\$ 4,4 bilhões do BancoEstado para linhas de crédito a pessoas físicas e pequenas e médias empresas, cujas operações terão sua tributação zerada até o final de setembro. Ainda se aprovou a suspensão temporária do contrato de trabalho, por até seis meses, prazo em que o empregado terá acesso ao seguro *cesantía* (como o FGTS brasileiro), engordado pelo governo em US\$ 2 bilhões, e o empregador mantém sua obrigação de manter o recolhimento para o fundo de pensão e seguro de saúde. A lei também prevê a redução da jornada de trabalho em até 50%, permitindo que o seguro *cesantía* complemente parte do salário perdido, garantindo um limite de renda.

Para o instituto chileno de pesquisa Ciper, o grupo de medidas ainda é tímido para o tamanho do problema. Entre os elementos apontados pelo Ciper, está o fato de a previsão para



Distanciamento social: medidas de isolamento esvaziam a Plaza Italia, ponto de concentração de manifestantes na capital chilena

o bônus do governo é de ser distribuído uma única vez, não cobrir bem o universo de informais (39% da força de trabalho chilena) que também terão sua renda impactada, além do alto nível de contratos temporários (27% no país), para os quais o seguro *cesantía* ajuda pouco, devido ao baixo nível de poupança que representa. Agosín, por sua vez, considera a direção das medidas boa. “Mas sua eficácia dependerá da extensão do isolamento, e de o governo definir que ajuda dará para as grandes empresas mais afetadas pela pandemia, como a Latam, por exemplo, que terá de conviver com restrições de voos não sabemos por quanto tempo, ou mesmo as grandes lojas de varejo”, afirma. “A princípio, o ministro da Fazenda (Ignacio Briones) tem sido resistente à ideia de capitalizar essas empresas. Mas ainda que não assumam alguma compra de participação nas mesmas – o que considero correto – será preciso ao menos dar garantias para que se financiem”, afirma.

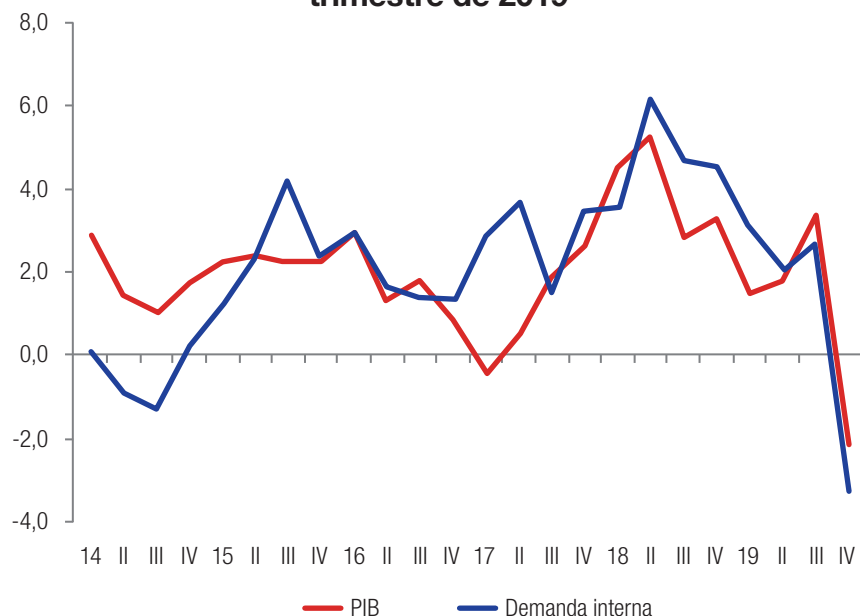
O economista lembra que o país ainda conta com boa nota de crédito para emitir dívida, podendo fazê-lo a taxas baixas. Em princípio, o pacote emergencial autoriza um financia-

mento adicional de até US\$ 4 bilhões além do previsto no orçamento de 2020. O país também conta com o Fundo de Estabilização Econômica criado com recursos da exportação de cobre, quando seu preço internacional supera um nível de equilíbrio, e que hoje gira em torno de US\$ 14,5 bilhões. “Em princípio, Chile tem instrumentos para conter a crise. Mas se a retomada à normalidade demorar mais que três meses, podemos entrar em uma situação crítica”, afirma.

Capital político

Outro aspecto da crise que não passa despercebido pelo governo é seu efeito nos índices de aprovação de Piñera. O analista político Hugo Eduardo Herrera, da Universidad Diego Portales, lembra que, ao menos nesse campo, a pandemia por enquanto tem jogado a favor do presidente. Segundo pesquisa do instituto Plaza Pública-Cadem, do dia 16 de março, quando iniciaram as medidas de isolamento social, ao final do mês, a aprovação de Piñera – combatida desde as manifestações de outubro – subiu nove pontos percentuais, de 12% a 21%. “O presidente

Manifestações derrubam PIB chileno no quarto trimestre de 2019



Fonte: Banco Central de Chile.

Expectativas para o PIB chileno em 2020

Instituição	2º trimestre	Anual
LyD	-3,1	-0,7
Security	-2/-3	-0,5
Scotiabank	-5,5	-2,1
BTG Pactual	-6,6	-2,4

Fonte: instituições.

é reconhecido como pouco hábil politicamente, mas bom em gestão. A população tem uma memória positiva de seu trabalho na recuperação do país após o terremoto de 2010, organizado logo após sua posse, no primeiro mandato”, afirma. Para Herrera, na crise atual, o principal fator que tem garantido a avaliação positiva do presidente é a baixa quantidade de óbitos registrada até o final de março – 12 em 2.738 casos confirmados, ou 0,43%. Mas ele lembra que a tendência é de intensificação tanto dos desafios na frente sanitária quanto na econômica – “estamos no início, e pelo que vemos

em outros países a crise promete ser profunda” –, para a qual o governo também terá que mostrar agilidade e eficácia na resposta.

“Além disso, é preciso lembrar que a crise política está parcialmente adormecida, mas não morta”, diz. “O que permitiu ao governo a costura de uma concertação para se avançar em algumas reformas, bem como no caminho para uma Constituinte, foram os setores moderados. Se esse diálogo se rompe, pode-se deflagrar uma crise ainda mais intensa”, afirma.

E até o cenário mais otimista para o país, prevendo uma retomada da

maior parte da atividade no segundo semestre, guarda componentes de intensificação da incerteza, já que isso significaria a reorganização do movimento por uma nova carta magna. O plebiscito que definiria a instalação ou não desse processo constituinte no Chile estava marcado para 26 de abril e foi postergado, a princípio, para 25 de outubro. A elaboração de uma nova Constituição foi uma das principais demandas desde o início das manifestações populares, e seu processo decisório tem se caracterizado por uma especial preocupação com a representatividade. Por exemplo, movimentos civis ganharam um terço do tempo de televisão antes dedicado apenas a partidos políticos para apresentar seus candidatos a constituintes; além disso, as candidaturas a constituintes a serem eleitos pela população – que podem representar a totalidade da Convenção ou metade dela, sendo a outra metade formada por parlamentares já em exercício, conforme seja escolhido no dia do plebiscito –, terão de respeitar igualdade de gênero. “De antemão, considero muito difícil começar uma Constituição do zero – a atual já possui mais de 20 emendas, não é mais uma Carta da ditadura, inclusive é assinada por um presidente democrático, Ricardo Lagos. Bastava aprofundar essas mudanças, usando os mesmos instrumentos, o que aceleraria bastante o processo”, avalia Agosin. “Se além disso tivermos uma Convenção com representantes 100% novos, muitos com pouco conhecimento legal e inflamados em defender saúde, educação e moradia gratuitos, estenderemos esse manto de incerteza sobre a economia chilena por mais dois ou três anos. E isso não será bom”, conclui. ▣